

## **PARECER – REDAÇÃO FINAL**

**Objeto:** Projeto de Lei Ordinária nº 028/2018

Ementa: “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.759, de 26 de abril de 2017 e dá outras providências”.

A **MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, passa a apreciar a presente matéria.

Trata-se de redação final a Projeto de Lei Ordinária de origem do Poder executivo que “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.759, de 26 de abril de 2017 e dá outras providências”.

Conforme disposto na Ata da 15ª Reunião Ordinária de 2018, realizada em 01 de outubro de 2018, o Projeto de Lei Ordinária nº028/2018 foi aprovado regularmente e não recebeu emenda.

Realizada a devida revisão redacional, manifesto voto favorável à redação final conforme texto em anexo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Guanhães/MG, 16 de outubro de 2018.



**Nivaldo dos Santos**  
Presidente da Câmara Municipal

**Lei nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018**

**“Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.759, de 26 de abril de 2017 e dá outras providências”.**

A **Câmara Municipal de Guanhães**, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** O inciso III do § 1º do art. 26 da Lei Municipal nº 2.759, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art.26. (...)**

**§1º. (...)**

**I – (...)**

**II – (...)**

**III – conferência de políticas públicas e/ou Conselho Municipal de Saneamento Básico.**

**IV – (...).”**

**Art. 2º.** O inciso I do art. 28 da Lei Municipal nº. 2.759, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art.28. (...)**

**I – Conselho Municipal de Saneamento Básico”;**

**Art. 3º.** O “caput”, §1º e §2º do art. 29 da Lei nº. 2.759, de 26 de abril de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art.29.** Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas urbanas do Município e integrante do SMSB (Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico), assegurado ao Conselho competência relativa ao saneamento básico para manifestar-se sobre.”

**“§1º** - Conselho Municipal de Saneamento Básico será composto pelos seguintes membros.”

**“§2º** - É assegurado ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, no exercício de suas atribuições, o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos pelos organismos de regulação e fiscalização e pelos prestadores dos serviços municipais de saneamento básico com o objetivo de subsidiar suas decisões”.

**Art. 4º.** Na subseção I, do capítulo IV, da Lei nº. 2.759, de 26 de abril de 2017, onde se lê “Conselho Municipal da Cidade” passa a se ler “Conselho Municipal de Saneamento Básico”.

**Art. 5º.** Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal de nº. 2.759 de 26/04/2017, permanecem inalterados.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guanhães/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Dóris Campos Coelho**  
**Prefeita Municipal**



**MUNICÍPIO DE GUANHÃES**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**LEI Nº 2.759 DE 26 DE ABRIL DE 2017**

**"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE  
SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**

Eu, **GERALDO JOSÉ PEREIRA**, Prefeito do Município de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições do meu cargo, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Guanhanes, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I**

**DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

**Art. 1º** - Esta Lei institui a Política Municipal de Saneamento Básico de Guanhanes, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/07, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, as condições ambientais buscando o desenvolvimento sustentável, fornecendo diretrizes ao poder público e a coletividade para a defesa, conservação e recuperação das condições ambientais no Município de Guanhanes.

**Parágrafo único.** Estão sujeitos às disposições desta Lei todos os órgãos e entidades do Município, bem como os demais agentes públicos ou privados que desenvolvam serviços e ações de saneamento básico no âmbito do território do Município de Guanhanes, do Estado de Minas Gerais.





## **MUNICÍPIO DE GUANHÃES ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Parágrafo único.** A divulgação das propostas do PMSB ou dos planos específicos e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet e por audiência pública.

**Art. 24.** Após aprovação nas instâncias do Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico, a homologação do PMSB, inclusive a consolidação dos planos específicos ou de suas revisões, far-se-á mediante legislação municipal.

**Parágrafo único.** As disposições do PMSB entram em vigor com a publicação do ato de homologação, exceto as de caráter financeiro, que produzirão efeitos somente a partir do dia primeiro do exercício seguinte ao da publicação.

**Art. 25.** O Executivo Municipal regulamentará os processos de elaboração e revisão do PMSB ou dos planos específicos, observados os objetivos e demais requisitos previstos nesta Lei e no art. 19, da Lei federal nº 11.445, de 2007.

**Parágrafo único.** O PMSB deverá estar concluído e homologado até 30 de junho de 2017.

### **Seção II**

#### **Do Controle Social**

**Art. 26.** As atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços de saneamento básico estão sujeitas ao controle social, em razão do que serão considerados nulos:

- I** - os atos, regulamentos, normas ou resoluções emitidos pelo órgão regulador que não tenham sido submetidos à consulta pública, garantido prazo mínimo de quinze dias para divulgação das propostas e apresentação de críticas e sugestões;
- II** - a instituição e as revisões de tarifas e taxas e outros preços públicos sem a prévia manifestação do órgão regulador e sem a realização de consulta pública;
- III** - PMSB ou planos específicos e suas revisões elaborados sem o cumprimento das fases previstas no art. 23 desta Lei; e
- IV** - os contratos de delegação da prestação de serviços cujas minutas não tenham sido submetidas à apreciação do órgão regulador e à audiência ou consulta pública.



## **MUNICÍPIO DE GUANHÃES ESTADO DE MINAS GERAIS**

**§ 1º.** O controle social dos serviços públicos de saneamento básico será exercido mediante, entre outros, os seguintes mecanismos:

**I** - debates e audiências públicas;

**II** - consultas públicas;

**III** - conferências de políticas públicas; e \*

**IV** - participação em órgãos colegiados de caráter consultivo ou deliberativo na formulação da política municipal de saneamento básico, no seu planejamento e avaliação e representação no organismo de regulação e fiscalização.

**§ 2º.** As audiências públicas mencionadas no inciso I do § 1º devem se realizar de modo a possibilitar o acesso da população, podendo ser realizadas de forma regionalizada.

**§ 3º.** As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer do povo, independentemente de interesse, tenha acesso às propostas e estudos e possa se manifestar por meio de críticas e sugestões a propostas do Poder Público, devendo tais manifestações ser adequadamente respondidas.

**Art. 27.** São assegurados aos usuários de serviços públicos de saneamento básico:

**I** - conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos nos termos desta Lei, do seu regulamento e demais normas aplicáveis;

**II** - acesso:

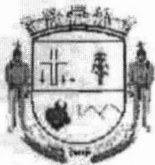
a) a informações de interesse individual ou coletivo sobre os serviços prestados;

b) aos regulamentos e manuais técnicos de prestação dos serviços elaborados ou aprovados pelo organismo regulador; e

c) a relatórios regulares de monitoramento e avaliação da prestação dos serviços editados pelo organismo regulador e fiscalizador.

**Parágrafo único.** O documento de cobrança pela prestação ou disposição de serviços de saneamento básico observará modelo instituído ou aprovado pelo organismo regulador e deverá:

**I** - explicitar de forma clara e objetiva os serviços e outros encargos cobrados e os respectivos valores, conforme definidos pela regulação, visando o perfeito entendimento e o controle direto pelo usuário final; e



## MUNICÍPIO DE GUANHÃES ESTADO DE MINAS GERAIS

II - conter informações sobre a qualidade da água entregue aos consumidores, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º, do Anexo do Decreto federal nº 5.440, de 4 de maio de 2005.

### Seção III

Do Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico

**Art. 28.** O Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico – SMSB, coordenado pelo Prefeito Municipal, é composto dos seguintes organismos e agentes institucionais:

I - Conselho Municipal da Cidade; ✱

II - Órgão Regulador;

III - Prestadores dos serviços;

IV - Secretarias municipais com atuação em áreas afins ao saneamento básico.

### Subseção I

Do Conselho Municipal da Cidade ✱

**Art. 29.** Ao Conselho Municipal da Cidade, órgão colegiado consultivo e deliberativo das políticas urbanas do Município e integrante do SMSB, será assegurado competência relativa ao saneamento básico para manifestar-se sobre: ✱

I - propostas de revisões de taxas, tarifas e outros preços públicos formulados pelo órgão regulador;

II - o PMSB ou os planos específicos e suas revisões; e

III - propostas de normas legais e administrativas de regulação dos serviços.

§ 1º. Conselho Municipal da Cidade será composto pelos seguintes membros: ✱

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

IV – 01 (um) representante do CODEMA;

V – 01 (um) representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guanhanes;



## MUNICÍPIO DE GUANHÃES ESTADO DE MINAS GERAIS

- VI – 01 (um) representante da Polícia Militar de Meio Ambiente;
- VII – 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia de Minas Gerais;
- VIII – 01 (um) representante do PROCON;
- IX – 01 (um) representante da Associação de Catadores do Município de Guanhães;
- X – 01 (um) representante dos usuários que possua alguma formação técnica ou experiência na área, eleito através de conferência;
- XI – 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Guanhães – ACIG;
- XII – 01 (um) representante de Associação de Moradores do Bairro, legalmente constituída.

§ 2º É assegurado ao Conselho Municipal da Cidade, no exercício de suas atribuições, o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos pelos organismos de regulação e fiscalização e pelos prestadores dos serviços municipais de saneamento básico com o objetivo de subsidiar suas decisões. \*

### Subseção II

#### Do Órgão de Regulação

**Art. 30.** Compete ao Executivo Municipal o exercício das atividades administrativas de regulação, inclusive organização, e de fiscalização dos serviços de saneamento básico, que poderão ser executadas:

- I - diretamente, por órgão ou entidade da Administração Municipal, inclusive consórcio público do qual o Município participe; ou
- II - mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, constituído dentro do limite do respectivo Estado, instituído para gestão associada de serviços públicos.

§ 1º. Optando o Executivo Municipal pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços por intermédio de Consórcio Público do qual participe ou por entidade reguladora de outro ente federado, deverá ser estabelecido